

TABULAÇÃO DE DADOS

**REGIONAL DE PIRACICABA**  
MAIO DE 2023

# PGA 2023



PLANO ESTRATÉGICO - MP SOCIAL

**RESULTADO DOS FORMULÁRIOS RESPONDIDOS  
DA REGIÃO DE PIRACICABA  
NO PERÍODO DE 23/06/2023 e 10/07/2023**

**FORMULÁRIOS RESPONDIDOS: 116 (CENTO E DEZESSEIS)**

**Promotores de Justiça: 57 (CINQUENTA E SETE)**

**Servidores : 59 (CINQUENTA E NOVE)**  
(Analista Jurídico e Oficial de Promotoria)

**SENDO: 57 (cinquenta e sete) NA ÁREA CÍVEL**  
**59 (cinquenta e nove) NA ÁREA CRIMINAL**

**SOCIEDADE PREENCHEU: 25 (vinte e cinco) FORMULÁRIOS**

**ÁREAS ABRANGIDAS:**

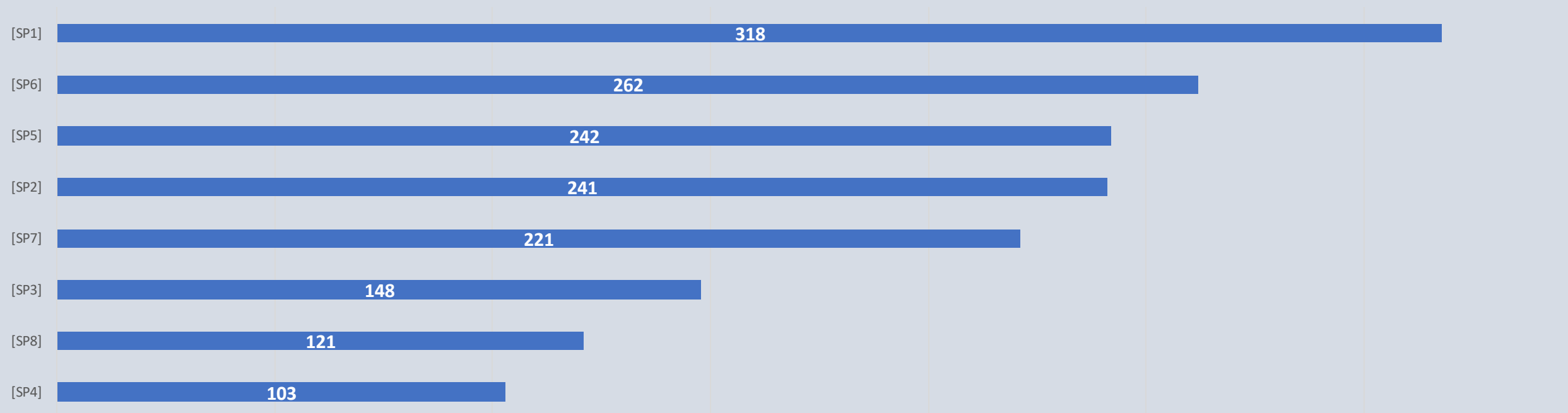
- SAÚDE PÚBLICA
- PCD
- PATRIMÔNIO PÚBLICO
- MEIO AMBIENTE
- INFÂNCIA E JUVENTUDE
- IDOSO
- CONSUMIDOR
- EDUCAÇÃO
- CÍVEL
- HABITAÇÃO E URBANISMO
- INCLUSÃO SOCIAL
- CRIMINAL

OBS.: Alguns Promotores de Justiça responderam por mais de 1 (uma) Comarca

OPÇÕES	CLASSIFICAÇÃO							
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º
[SP1] Atenção Básica	19	13	8	4	1	1	0	0
[SP2] Atenção Hospitalar	3	11	7	12	2	9	1	1
[SP3] Controle Social (Ex.: Conselho Municipal de Saúde)	1	2	3	4	6	11	12	7
[SP4] Financiamento SUS	1	0	0	0	6	6	20	13
[SP5] Medicamento/Insumo	2	10	7	14	7	4	2	0
[SP6] Saúde Mental	12	6	9	6	5	5	2	1
[SP7] Tratamento /Cirurgia/ Exame	7	3	10	3	9	6	7	1
[SP8] Vigilância Sanitária /Epidemiológica	1	1	2	3	10	4	2	23

Entendo que a questão de ausência de CAPs seja, no momento, a questão prioritária. O Promotor de Justiça providenciará a instauração de Inquérito Civil para acompanhar essa questão e viabilizar a instalação desse Centro

	PONDERAÇÃO								TOTAL
[SP1] Atenção Básica	152	91	48	20	4	3	0	0	318
[SP6] Saúde Mental	96	42	54	30	20	15	4	1	262
[SP5] Medicamento/Insumo	16	70	42	70	28	12	4	0	242
[SP2] Atenção Hospitalar	24	77	42	60	8	27	2	1	241
[SP7] Tratamento /Cirurgia/ Exame	56	21	60	15	36	18	14	1	221
[SP3] Controle Social (Ex.: Conselho Municipal de Saúde)	8	14	18	20	24	33	24	7	148
[SP8] Vigilância Sanitária /Epidemiológica	8	7	12	15	40	12	4	23	121
[SP4] Financiamento SUS	8	0	0	0	24	18	40	13	103

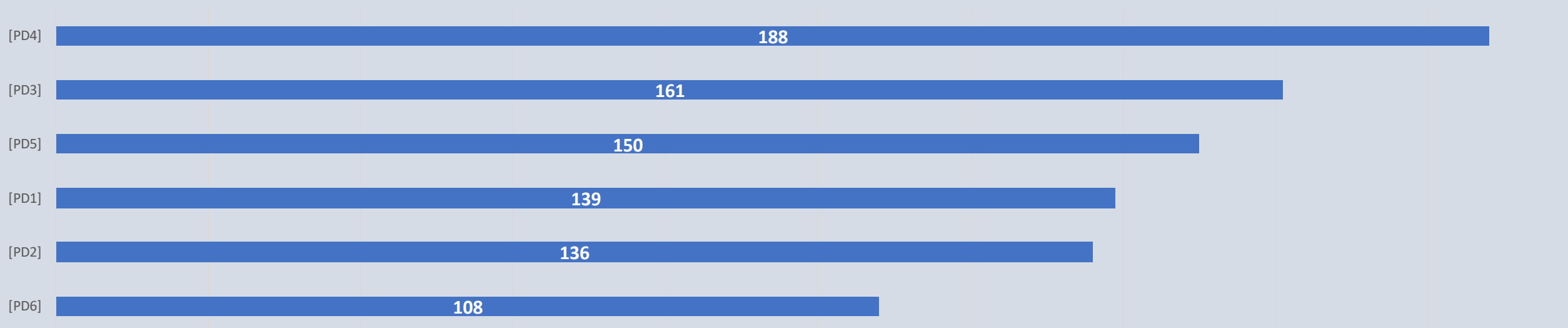


OPÇÕES	CLASSIFICAÇÃO					
	1º	2º	3º	4º	5º	6º
[PD1] Fomento e fiscalização da implantação de residências inclusivas e moradias assistidas nos municípios	8	2	9	6	10	7
[PD2] Monitorar a demanda vinda dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes para as residências inclusivas (jovens com deficiência)	2	8	5	14	9	4
[PD3] Fomento à estruturação e atuação da rede de assistência social para a organização de serviços de apoio à vida adulta e orientação para o trabalho da pessoa com deficiência.	8	6	12	5	9	2
[PD4] Mapeamento dos alunos com deficiência do município, onde estão matriculados e quais os serviços de Atendimento Educacional Especializado recebem	16	8	4	9	4	1
[PD5] Fiscalização das políticas públicas relativas a Educação Inclusiva no município	4	11	10	3	8	6
[PD6] Fiscalização da implantação de recursos de acessibilidade no município necessários para que as pessoas com deficiência possam usufruir de seus direitos fundamentais tais como os de locomoção, saúde, educação, esportes, lazer e trabalho	4	7	2	5	2	22

**PONDERAÇÃO**

**TOTAL**

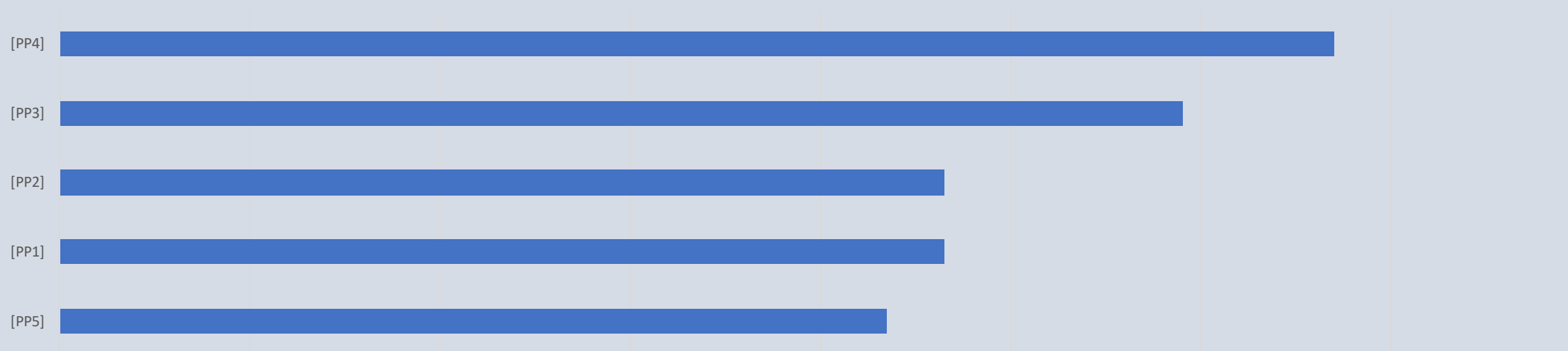
<b>[PD4] Mapeamento dos alunos com deficiência do município, onde estão matriculados e quais os serviços de Atendimento Educacional Especializado recebem</b>	<b>96</b>	<b>40</b>	<b>16</b>	<b>27</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>188</b>
[PD3] Fomento à estruturação e atuação da rede de assistência social para a organização de serviços de apoio à vida adulta e orientação para o trabalho da pessoa com deficiência.	48	30	48	15	18	2	161
[PD5] Fiscalização das políticas públicas relativas a Educação Inclusiva no município	24	55	40	9	16	6	150
[PD1] Fomento e fiscalização da implantação de residências inclusivas e moradias assistidas nos municípios	48	10	36	18	20	7	139
[PD2] Monitorar a demanda vinda dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes para as residências inclusivas (jovens com deficiência)	12	40	20	42	18	4	136
[PD6] Fiscalização da implantação de recursos de acessibilidade no município necessários para que as pessoas com deficiência possam usufruir de seus direitos fundamentais tais como os de locomoção, saúde, educação, esportes, lazer e trabalho	24	35	8	15	4	22	108



OPÇÕES	CLASSIFICAÇÃO				
	1º	2º	3º	4º	5º
[PP1] Organização Social de Saúde	6	7	5	3	14
[PP2] Controle Interno no Município	5	12	10	7	1
[PP3] Portal da Transparência	3	3	13	11	5
[PP4] Responsabilidade Fiscal	3	6	6	10	10
[PP5] Fraude em Licitação	18	7	1	4	5

**OUTROS****cargos comissionados****Fiscalização da celebração e da execução dos contratos, em especial parcerias público-privadas****Nepotismo**

	PONDERAÇÃO					TOTAL
<b>[PP5] Fraude em Licitação</b>	<b>90</b>	<b>28</b>	<b>3</b>	<b>8</b>	<b>5</b>	<b>134</b>
[PP2] Controle Interno no Município	25	48	30	14	1	118
[PP1] Organização Social de Saúde	30	28	15	6	14	93
[PP3] Portal da Transparência	15	12	39	22	5	93
[PP4] Responsabilidade Fiscal	15	24	18	20	10	87



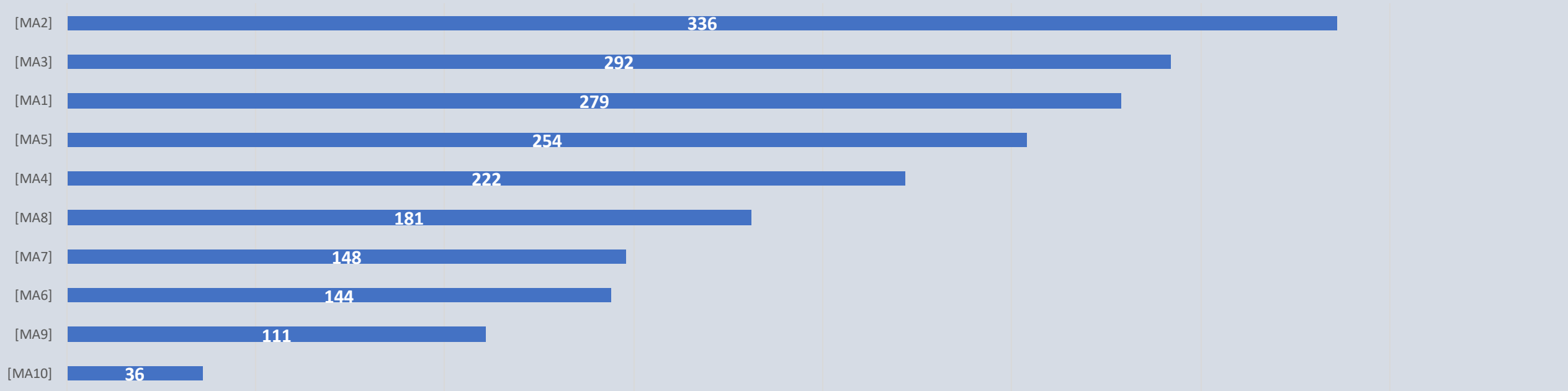


OPÇÕES	CLASSIFICAÇÃO									
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º
[MA1]Código Florestal: APP, Reserva Legal, CAR, PRAD, Área Consolidada	11	6	4	4	2	6	2	1	1	0
[MA2]Saneamento Básico: Tratamento de Esgoto	16	14	2	4	1	0	0	0	0	0
[MA3]Resíduos Sólidos: Implantação de Coleta Seletiva e Logística Reversa	4	5	19	6	0	2	0	1	0	0
[MA4]Resíduos Sólidos: Combustível Derivado de Resíduos (CDR) e Licenciamento de Unidade de Recuperação Energética (URE)	1	0	2	9	17	4	2	0	1	1
[MA5]Recursos Hídricos: Proteção de Mananciais e Reservatórios de Abastecimento Público	3	7	3	7	7	8	1	0	1	0
[MA6]Barramentos e Pequenas Centrais Hidrelétricas	0	1	0	0	1	13	11	3	3	5
[MA7]Unidades de Conservação: Planos de Manejo	0	0	0	3	3	1	17	11	1	1
[MA8]Agrotóxicos e Poluição	1	3	4	3	5	1	1	14	5	0
[MA9]Fauna: CRA (Centro de Reabilitação de Animais Silvestres) e CETAS (Centros de Triagem de Animais Silvestres)	0	1	3	1	1	1	0	4	22	4
[MA10]Núcleo de Conciliação em Matéria Ambiental	1	0	0	0	0	0	0	0	0	26

**OUTROS**

Invasões em áreas de preservação ambiental

PONDERAÇÃO											TOTAL
[MA2]Saneamento Básico: Tratamento de Esgoto	160	126	16	28	6	0	0	0	0	0	336
[MA3]Resíduos Sólidos: Implantação de Coleta Seletiva e Logística Reversa	40	45	152	42	0	10	0	3	0	0	292
[MA1]Código Florestal: APP, Reserva Legal, CAR, PRAD, Área Consolidada	110	54	32	28	12	30	8	3	2	0	279
[MA5]Recursos Hídricos: Proteção de Mananciais e Reservatórios de Abastecimento Público	30	63	24	49	42	40	4	0	2	0	254
[MA4]Resíduos Sólidos: Combustível Derivado de Resíduos (CDR) e Licenciamento de Unidade de Recuperação Energética (URE)	10	0	16	63	102	20	8	0	2	1	222
[MA8]Agrotóxicos e Poluição	10	27	32	21	30	5	4	42	10	0	181
[MA7]Unidades de Conservação: Planos de Manejo	0	0	0	21	18	5	68	33	2	1	148
[MA6]Barramentos e Pequenas Centrais Hidrelétricas	0	9	0	0	6	65	44	9	6	5	144
[MA9]Fauna: CRA (Centro de Reabilitação de Animais Silvestres) e CETAS (Centros de Triagem de Animais Silvestres)	0	9	24	7	6	5	0	12	44	4	111
[MA10]Núcleo de Conciliação em Matéria Ambiental	10	0	0	0	0	0	0	0	0	26	36



OPÇÕES	CLASSIFICAÇÃO						
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º
[IJ1] Qualificar o atendimento socioeducativo em meio aberto, zelando pela atuação intersetorial durante a execução da medida	9	5	4	7	8	1	4
[IJ2] Integração entre o trabalho realizado pela equipe técnica da fundação Casa e a rede protetiva, com vistas à reinserção social do adolescente após a desinternação	4	2	11	4	4	11	2
[IJ3] Fomento à estruturação e atuação da rede protetiva para o fortalecimento da convivência familiar e comunitária, a fim de que se evite o acolhimento institucional	12	19	2	4	1	0	0
[IJ4] Fomento da atuação conjunta da equipe técnica dos serviços de acolhimento e da rede protetiva para a efetiva garantia da convivência familiar e comunitária, seja mediante a reintegração familiar de crianças e adolescente acolhidos ou inserção em família substituta	4	10	7	8	3	6	0
[IJ5] Medidas visando à regularização e fomento do fundo municipal dos direitos da criança e do adolescente	2	0	4	9	7	7	9
[IJ6] Mapeamento e estruturação da rede protetiva, de modo a possibilitar a implementação da escuta especializada e programa de atendimento de crianças e adolescentes em situação de violência	6	2	8	5	9	8	0
[IJ7] Criação de fluxo para o combate integrado ao trabalho infantil e fomento da aprendizagem	1	0	2	1	6	5	23

**. O maior problema social que identifiquei na minha região é a falta de perspectiva de jovens, sobretudo adolescentes, de inserção no mercado de trabalho após a conclusão do estudo. Invariavelmente são envolvidos em atos infracionais, como ocorre em todo o país, especialmente os moradores de bairros nos quais a infraestrutura do Estado é falha. O problema de falta de emprego e renda baixa, similarmente, é convergente com as dificuldades vivenciadas pelas famílias desses jovens.**

**Há, ainda, falta de conscientização sobre a paternidade e maternidade responsáveis, na medida em que boa parte desses jovens é carente e não possui sequer pai conhecido e/ou contribuinte com seu sustento e educação.**

**Há bairros em cuja problemática acima descrita é muito acentuada, sendo que a realização de políticas públicas mais eficientes e direcionadas poderia minorar os problemas.**

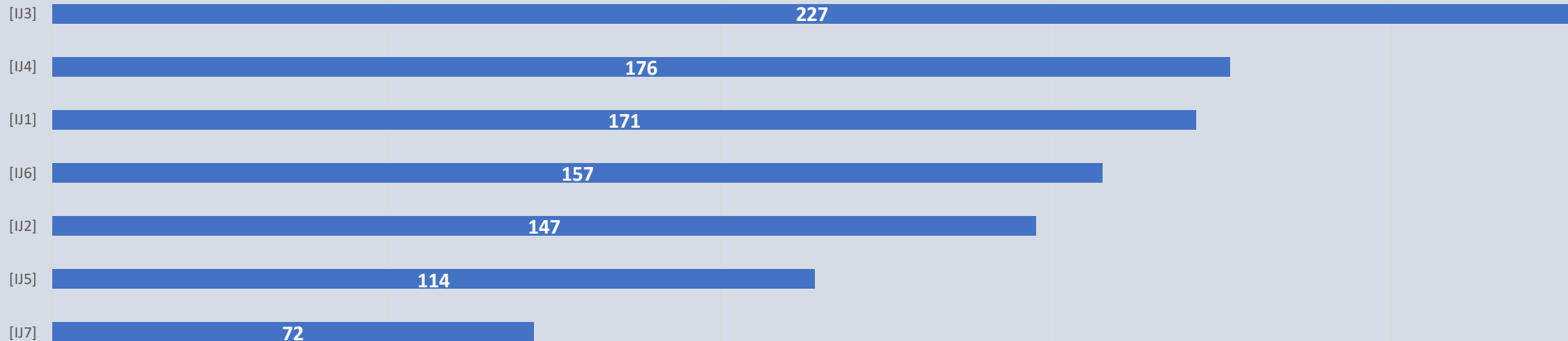
**Igualmente, a falta de estrutura adequada da própria Promotoria local, que é única e responde por cerca de 35 mil habitantes, tendo apenas dois servidores e um Promotor, dificulta a realização de trabalhos nesse campo, especialmente nos direitos difusos e coletivos, na medida em que a demanda judicial diária consome praticamente todo o tempo disponível de todos envolvidos no trabalho.**

- . fomento à estruturação dos equipamentos que atendem a demanda de saúde mental infanto-juvenil**
- . Investimento na saúde mental infanto-juvenil, especialmente desenvolvendo programas de prevenção à dependência química**
- . Investimento na saúde mental voltada às crianças e adolescentes, especialmente projetos voltados à prevenção da dependência química**
- . Mais vagas/creches. Essa é a principal demanda do Município em se tratando de matéria de infância.**

**PONDERAÇÃO**

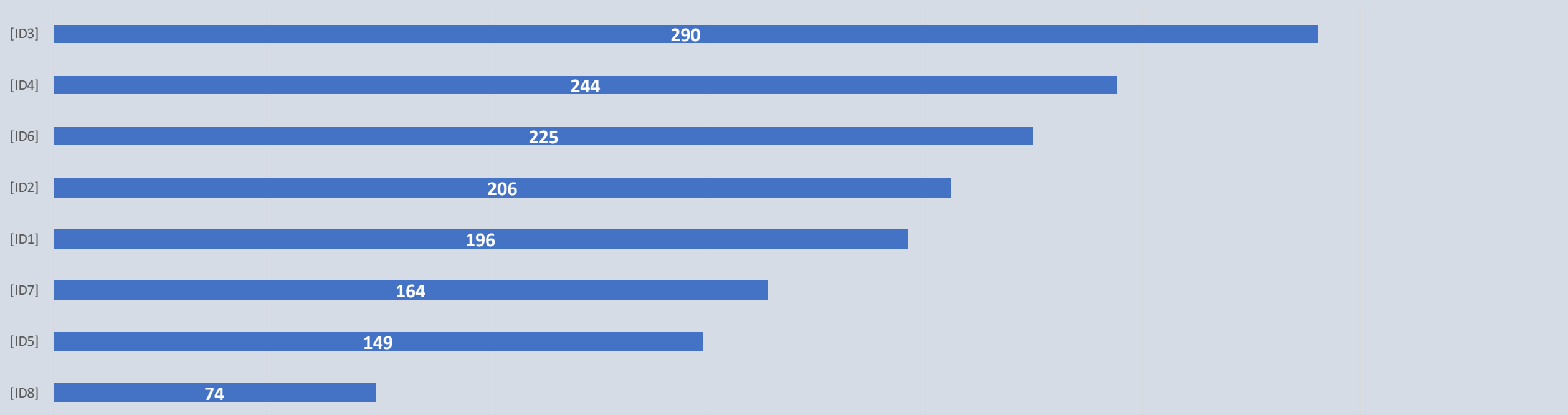
**TOTAL**

<b>[IJ3] Fomento à estruturação e atuação da rede protetiva para o fortalecimento da convivência familiar e comunitária, a fim de que se evite o acolhimento institucional</b>	<b>84</b>	<b>114</b>	<b>10</b>	<b>16</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>227</b>
[IJ4] Fomento da atuação conjunta da equipe técnica dos serviços de acolhimento e da rede protetiva para a efetiva garantia da convivência familiar e comunitária, seja mediante a reintegração familiar de crianças e adolescente acolhidos ou inserção em família substituta	28	60	35	32	9	12	0	176
[IJ1] Qualificar o atendimento socioeducativo em meio aberto, zelando pela atuação intersetorial durante a execução da medida	63	30	20	28	24	2	4	171
[IJ6] Mapeamento e estruturação da rede protetiva, de modo a possibilitar a implementação da escuta especializada e programa de atendimento de crianças e adolescentes em situação de violência	42	12	40	20	27	16	0	157
[IJ2] Integração entre o trabalho realizado pela equipe técnica da fundação Casa e a rede protetiva, com vistas à reinserção social do adolescente após a desinternação	28	12	55	16	12	22	2	147
[IJ5] Medidas visando à regularização e fomento do fundo municipal dos direitos da criança e do adolescente	14	0	20	36	21	14	9	114
[IJ7] Criação de fluxo para o combate integrado ao trabalho infantil e fomento da aprendizagem	7	0	10	4	18	10	23	72



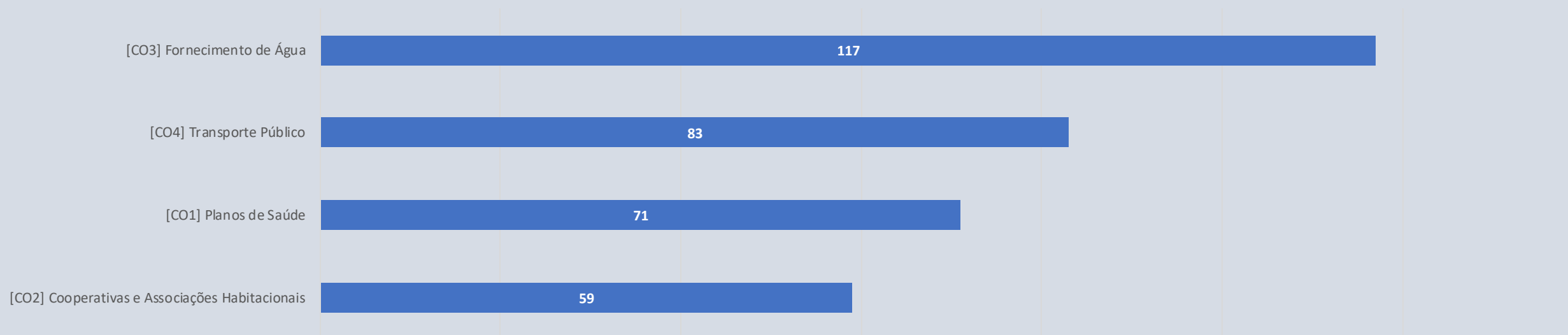
OPÇÕES	CLASSIFICAÇÃO							
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º
[ID1] Conselhos, Fundos e Planos Municipais da Pessoa Idosa	1	2	1	6	6	1	0	5
[ID2] Capacidade Civil e Autonomia	1	5	2	2	5	7	0	0
[ID3] Serviços e equipamentos de proteção social básica (ex. atendimento em domicílio, centros de convivência) e socioassistenciais de média complexidade (ex. centros dia)	12	2	3	1	1	2	1	0
[ID4] Serviços e equipamentos de proteção social especial (ex. repúblicas e serviços de acolhimento institucional, como Casas-Lar e Instituições de Longa Permanência para Idosos)	2	6	2	6	0	3	2	1
[ID5] Renda, subsistência e empregabilidade	0	0	4	1	5	3	8	1
[ID6] Rede de atenção à saúde da pessoa idosa	4	2	8	1	2	4	1	0
[ID7] Medicamentos, insumos, órteses e próteses	2	4	2	4	1	1	8	0
[ID8] Mobilidade	0	1	0	1	2	1	2	15

	PONDERAÇÃO								TOTAL
<b>[ID3] Serviços e equipamentos de proteção social básica (ex. atendimento em domicílio, centros de convivência) e socioassistenciais de média complexidade (ex. centros dia)</b>	<b>184</b>	<b>42</b>	<b>36</b>	<b>10</b>	<b>8</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>290</b>
[ID4] Serviços e equipamentos de proteção social especial (ex. repúblicas e serviços de acolhimento institucional, como Casas-Lar e Instituições de Longa Permanência para Idosos)	48	105	24	40	8	12	6	1	244
[ID6] Rede de atenção à saúde da pessoa idosa	40	21	78	50	12	21	2	1	225
[ID2] Capacidade Civil e Autonomia	16	56	54	15	40	21	0	4	206
[ID1] Conselhos, Fundos e Planos Municipais da Pessoa Idosa	24	35	30	45	44	12	0	6	196
[ID7] Medicamentos, insumos, órteses e próteses	24	35	12	35	8	9	40	1	164
[ID5] Renda, subsistência e empregabilidade	8	0	24	10	44	42	20	1	149
[ID8] Mobilidade	0	7	0	10	8	6	14	29	74



OPÇÕES	CLASSIFICAÇÃO			
	1º	2º	3º	4º
[CO1] Planos de Saúde	6	2	16	9
[CO2] Cooperativas e Associações Habitacionais	2	6	8	17
[CO3] Fornecimento de Água	22	9	0	2
[CO4] Transporte Público	3	16	9	5

PONDERAÇÃO					TOTAL
[CO3] Fornecimento de Água	88	27	0	2	117
[CO4] Transporte Público	12	48	18	5	83
[CO1] Planos de Saúde	24	6	32	9	71
[CO2] Cooperativas e Associações Habitacionais	8	18	16	17	59



**OUTROS**  
Superendividamento

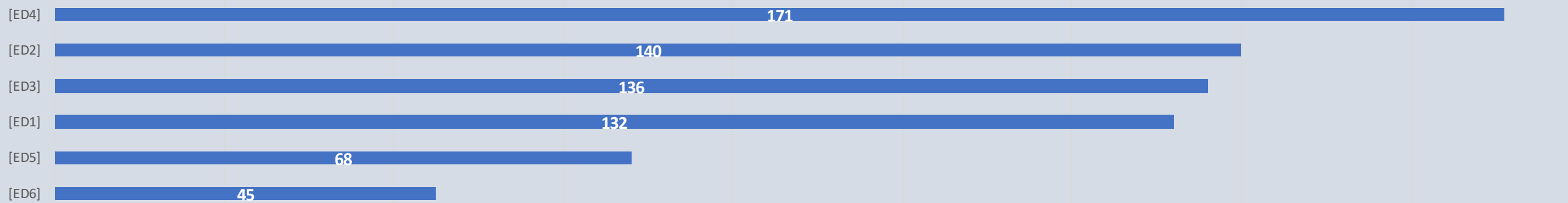
OPÇÕES	CLASSIFICAÇÃO					
	1º	2º	3º	4º	5º	6º
[ED1] Universalizar o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência do PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento) (referência à meta 3 do PNE)	1	9	13	9	1	0
[ED2] Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo (meta 4 do PNE)	5	8	13	5	1	1
[ED3] Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a garantir que os sistemas municipais e estadual de São Paulo alcancem as médias para o IDEB estabelecidas na meta 7 do PNE	9	5	3	14	1	1
[ED4] Ampliar a oferta de educação infantil em creches (0 a 3 anos e 11 meses de idade) de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE	18	9	2	3	0	1
[ED5] Adotar medidas extrajudiciais e, se o caso, judiciais, para assegurar o cumprimento das metas 17 ( valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE) e 18 (assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei democrática federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.), relacionadas ao princípio constitucional de valorização dos profissionais da educação	0	1	1	2	24	5
[ED6] Atuar para o cumprimento da meta 19 do Plano Nacional de Educação ( assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto), adotando medidas extrajudiciais e, se o caso, judiciais, para assegurar efetiva gestão democrática na educação	0	1	1	0	6	24



**PONDERAÇÃO**

TOTAL

[ED4] Ampliar a oferta de educação infantil em creches (0 a 3 anos e 11 meses de idade) de foram a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE	108	45	8	9	0	1	171
[ED2] Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo (meta 4 do PNE)	30	40	52	15	2	1	140
[ED3] Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a garantir que os sistemas municipais e estadual de São Paulo alcancem as médias para o IDEB estabelecidas na meta 7 do PNE	54	25	12	42	2	1	136
[ED1] Universalizar o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência do PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento) (referência à meta 3 do PNE)	6	45	52	27	2	0	132
[ED5] Adotar medidas extrajudiciais e, se o caso, judiciais, para assegurar o cumprimento das metas 17 (valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE) e 18 (assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei democrática federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.), relacionadas ao princípio constitucional de valorização dos profissionais da educação	0	5	4	6	48	5	68
[ED6] Atuar para o cumprimento da meta 19 do Plano Nacional de Educação (assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto), adotando medidas extrajudiciais e, se o caso, judiciais, para assegurar efetiva gestão democrática na educação	0	5	4	0	12	24	45

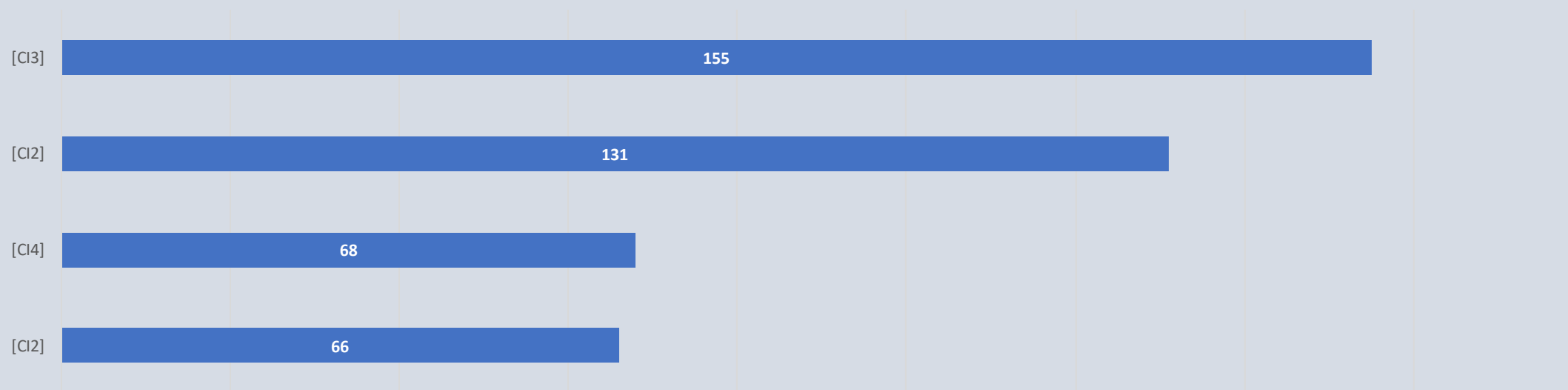


**Outros**

Vaga em Creche é a principal demanda do Município.

OPÇÕES	CLASSIFICAÇÃO			
	1º	2º	3º	4º
[CI1] Curatela	10	27	5	0
[CI2] Fundações	1	3	15	23
[CI3] Família	30	11	1	0
[CI4] Registros Públicos	1	1	21	19

PONDERAÇÃO					TOTAL
[CI3] Família	120	33	2	0	155
[CI1] Curatela	40	81	10	0	131
[CI4] Registros Públicos	4	3	42	19	68
[CI2] Fundações	4	9	30	23	66

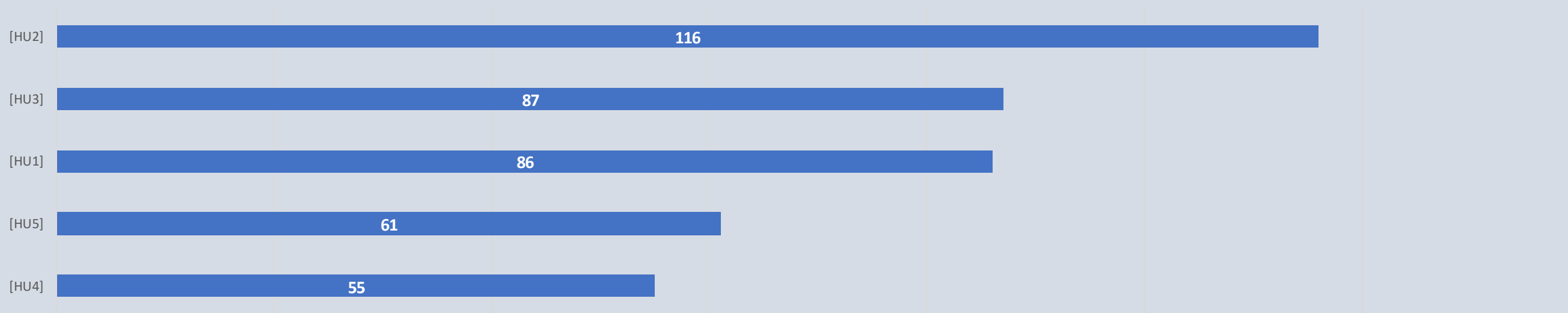


OPÇÕES	CLASSIFICAÇÃO				
	1º	2º	3º	4º	5º
[HU1] Enfrentamento da crise habitacional e dos conflitos fundiários urbanos, mediante iniciativas uniformizadas voltadas à efetivação do direito social à moradia, com foco em soluções adequadas para garantia dos princípios da função social da propriedade, da dignidade da pessoa humana e do não retrocesso social	6	4	10	3	4
[HU2] Mapeamento e georreferenciamento dos casos envolvendo parcelamento irregular do solo/regularização fundiária visando adoção de medidas estruturantes em face do poder público responsável pela fiscalização e ordenação do espaço territorial urbano, sempre que ocorrências daquela natureza se mostrarem recorrentes no Município e quando a atuação fragmentada tiver se mostrado ineficiente	14	9	3	0	1
[HU3] Fomento a existência de um plano municipal de redução de riscos que analise, caracterize e dimensione as áreas de risco de inundação, deslizamento e solapamento, classificadas segundo tipo e graus de risco; analise, quantifique e caracterize as famílias moradoras dessas áreas, segundo perfis demográficos, socioeconômicos e habitacionais, entre outros aspectos; defina as ações e intervenções necessárias para a implantação de obras estruturais de redução de riscos e adoção de medidas de segurança e proteção, com fixação de prioridades, prazos e estimativas de custos e recursos necessários; e que defina estratégias para realização de realocações preventivas de moradores quando esta for a alternativa única ou mais eficaz para a garantia das condições de segurança, de acordo com critérios técnicos objetivos e reconhecidos e procedimentos justos e democráticos	1	11	9	5	1
[HU4] Fomento à existência de um plano de mobilidade urbana que oriente a política de mobilidade a partir da análise das condições de acessibilidade e mobilidade existentes, de ações para ampliação e aprimoramento do sistema de transporte público coletivo, de programa para o gerenciamento das vias, de ações para implementação de estacionamentos em áreas estratégicas da cidade, de diretrizes tarifárias, em especial para população de baixa renda, de ações para garantir a acessibilidade universal e a redução dos impactos ambientais, além de medidas para cada um dos sistemas de mobilidade urbana	1	1	4	13	8
[HU5] Adoção de medidas visando o aprimoramento das políticas públicas de zeladoria urbana que não se restrinjam penas a solucionar o caso relatado na notícia de fato, mas que, de forma eficaz e resolutiva, enfrente os problemas estruturais verificados na prestação do serviço público	5	2	1	6	13

**OUTROS**

**Falta de política habitacional**

[HU2] Mapeamento e georreferenciamento dos casos envolvendo parcelamento irregular do solo/regularização fundiária visando adoção de medidas estruturantes em face do poder público responsável pela fiscalização e ordenação do espaço territorial urbano, sempre que ocorrências daquela natureza se mostrarem recorrentes no Município e quando a atuação fragmentada tiver se mostrado ineficiente	70	36	9	0	1	116
[HU3] Fomento a existência de um plano municipal de redução de riscos que análise, caracterize e dimensione as áreas de risco de inundação, deslizamento e solapamento, classificadas segundo tipo e grau de risco; análise, quantifique e caracterize as famílias moradoras dessas áreas, segundo perfis demográficos, socioeconômicos e habitacionais, entre outros aspectos; defina as ações e intervenções necessárias para a implantação de obras estruturais de redução de riscos e adoção de medidas de segurança e proteção, com fixação de prioridades, prazos e estimativas de custos e recursos necessários; e que defina estratégias para realização de realocações preventivas de moradores quando esta for a alternativa única ou mais eficaz para a garantia das condições de segurança, de acordo com critérios técnicos objetivos e reconhecidos e procedimentos justos e democráticos	5	44	27	10	1	87
[HU1] Enfrentamento da crise habitacional e dos conflitos fundiários urbanos, mediante iniciativas uniformizadas voltadas à efetivação do direito social à moradia, com foco em soluções adequadas para garantia dos princípios da função social da propriedade, da dignidade da pessoa humana e do não retrocesso social	30	16	30	6	4	86
[HU5] Adoção de medidas visando o aprimoramento das políticas públicas de zeladoria urbana que não se restrinjam apenas a solucionar o caso relatado na notícia de fato, mas que, de forma eficaz e resolutive, enfrente os problemas estruturais verificados na prestação do serviço público	25	8	3	12	13	61
[HU4] Fomento à existência de um plano de mobilidade urbana que oriente a política de mobilidade a partir da análise das condições de acessibilidade e mobilidade existentes, de ações para ampliação e aprimoramento do sistema de transporte público coletivo, de programa para o gerenciamento das vias, de ações para implementação de estacionamentos em áreas estratégicas da cidade, de diretrizes tarifárias, em especial para população de baixa renda, de ações para garantir a acessibilidade universal e a redução dos impactos ambientais, além de medidas para cada um dos sistemas de mobilidade urbana	5	4	12	26	8	55

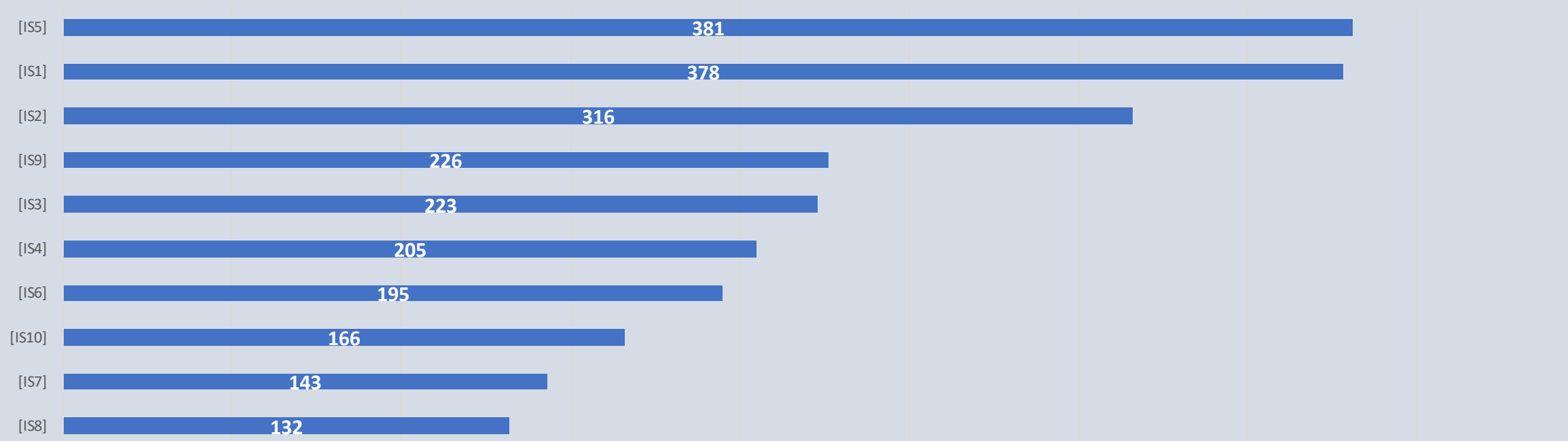


OPÇÕES	CLASSIFICAÇÃO									
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º
[IS1] População em situação de rua	14	17	5	6	0	0	0	1	0	0
[IS2] Igualdade Racial	2	10	14	6	5	1	3	1	1	0
[IS3] Populações Tradicionais	1	0	3	11	6	8	3	5	3	3
[IS4] População Imigrante e/ou em Situação de Refúgio	0	0	4	3	15	2	9	1	4	5
[IS5] Mulheres em Situação de Vulnerabilidade	21	8	6	6	0	1	1	0	0	0
[IS6] População LGBTQI+	0	0	1	6	4	14	3	10	4	1
[IS7] População Encarcerada	0	0	1	1	1	6	15	3	7	9
[IS8] PLID - Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos	0	0	0	0	4	5	4	15	7	8
[IS9] Melhoria do SUAS – Sistema único de Assistência Social	5	4	6	1	4	2	3	3	15	0
[IS10] Melhoria do SISAN - Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional	0	4	3	3	4	4	2	4	2	17

**PONDERAÇÃO**

**TOTAL**

<b>[IS5] Mulheres em Situação de Vulnerabilidade</b>	<b>210</b>	<b>72</b>	<b>48</b>	<b>42</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>381</b>
[IS1] População em situação de rua	140	153	40	42	0	0	0	3	0	0	378
[IS2] Igualdade Racial	20	90	112	42	30	5	12	3	2	0	316
[IS9] Melhoria do SUAS – Sistema único de Assistência Social	50	36	48	7	24	10	12	9	30	0	226
[IS3] Populações Tradicionais	10	0	24	77	36	40	12	15	6	3	223
[IS4] População Imigrante e/ou em Situação de Refúgio	0	0	32	21	90	10	36	3	8	5	205
[IS6] População LGBTQI+	0	0	8	42	24	70	12	30	8	1	195
[IS10] Melhoria do SISAN - Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional	0	36	24	21	24	20	8	12	4	17	166
[IS7] População Encarcerada	0	0	8	7	6	30	60	9	14	9	143
[IS8] PLID - Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos	0	0	0	0	24	25	16	45	14	8	132



OPÇÕES	CLASSIFICAÇÃO									
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º
[CM1] Tráfico de Drogas	24	11	3	7	5	2	1	1	0	0
[CM2] Homicídio	8	6	9	11	7	7	4	2	0	0
[CM3] Femicídio	4	14	5	8	11	5	4	3	0	0
[CM4] Crimes Sexuais	3	6	20	7	10	5	1	1	1	0
[CM5] Crimes contra o patrimônio	3	3	5	5	6	13	13	4	2	0
[CM6] Crimes de trânsito	0	1	1	1	0	3	22	6	9	11
[CM7] Crimes contra o meio ambiente	0	0	0	3	1	3	3	20	15	9
[CM8] Crimes contra a administração pública	1	0	0	1	3	6	3	9	24	7
[CM9] Crimes cometidos por organizações criminosas	6	2	1	3	9	5	2	1	3	22
[CM10] Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei Maria da Penha)	5	11	10	8	2	5	1	7	0	5

**OUTROS**

**Aumento da criminalidade - tráfico, com participação de adolescentes e aumento dos homicídios ligados ao tráfico**

**Consigno que minha PJ tem atribuição no JECRIM e não na vara criminal**

**crimes contra a ordem econômica**

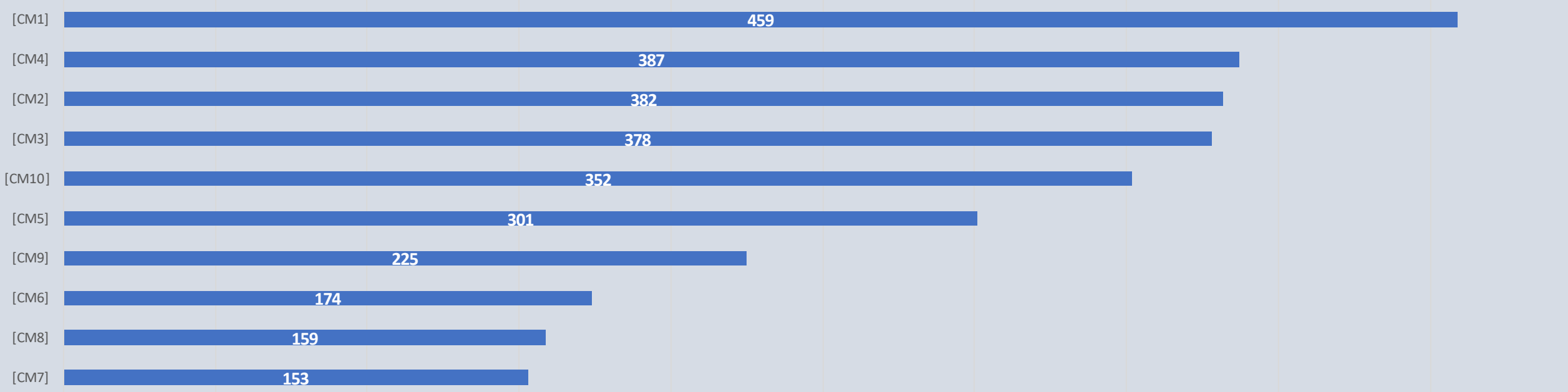
**Crimes praticados pela internet e diligências investigatórias para apuração de autoria**

**Crimes previstos no ECA**

**criminalidade nas escolas**

**Habitação e Urbanismo**

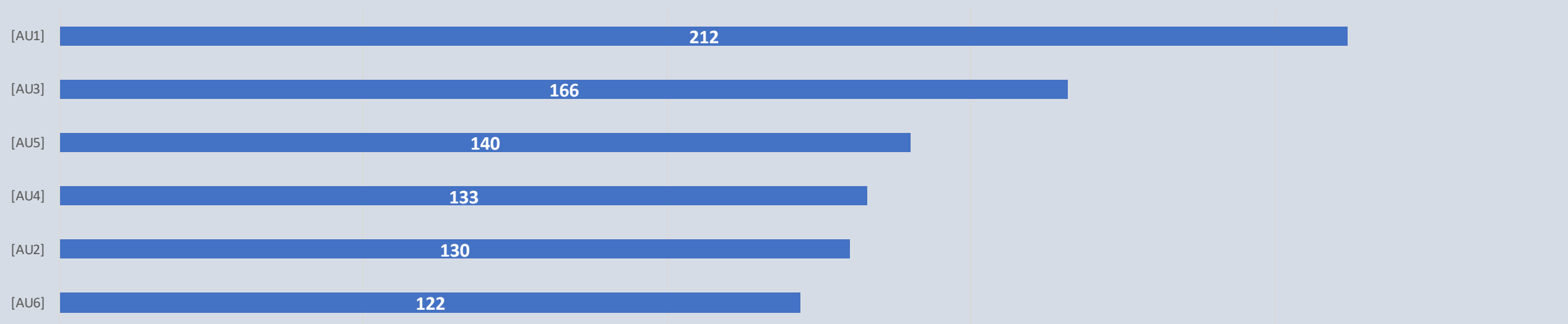
	PONDERAÇÃO										TOTAL
[CM1] Tráfico de Drogas	240	99	24	49	30	10	4	3	0	0	459
[CM4] Crimes Sexuais	30	54	160	49	60	25	4	3	2	0	387
[CM2] Homicídio	80	54	72	77	42	35	16	6	0	0	382
[CM3] Femicídio	40	126	40	56	66	25	16	9	0	0	378
[CM10] Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei Maria da Penha)	50	99	80	56	12	25	4	21	0	5	352
[CM5] Crimes contra o patrimônio	30	27	40	35	36	65	52	12	4	0	301
[CM9] Crimes cometidos por organizações criminosas	60	18	8	21	54	25	8	3	6	22	225
[CM6] Crimes de trânsito	0	9	8	7	0	15	88	18	18	11	174
[CM8] Crimes contra a administração pública	10	0	0	7	18	30	12	27	48	7	159
[CM7] Crimes contra o meio ambiente	0	0	0	21	6	15	12	60	30	9	153





OPÇÕES	CLASSIFICAÇÃO					
	1º	2º	3º	4º	5º	6º
[AU1] Precariedade da investigação policial (ausência de delegacias especializadas, perícias criminais deficientes ou com atraso e outros)	24	6	3	6	4	0
[AU2] Ausência, precariedade ou falta de interação com as Centrais de Penas e Medidas Alternativas (CPMAs), responsáveis em acompanhar e fiscalizar o cumprimento de penas e medidas alternativas, inclusive as condições impostas no ANPP, bem como pela reintegração social de condenados.	2	3	14	5	13	6
[AU3] Ausência ou precariedade de equipamentos de atendimento especializado à mulher (Delegacia de Defesa da Mulher, CRAS, CREAS, CRM, abrigo sigiloso, órgãos de fiscalização do cumprimento de medidas protetivas)	4	16	2	14	5	2
[AU4] Ausência ou precariedade no atendimento de crianças e adolescentes vítimas (ou testemunhas) de crimes praticados com violência (ausência de fluxo e protocolos de atendimento integral, falta de capacitação dos atores da rede de atendimento e espaço adequado para escuta protegida, inexistência de espaço adequado e profissionais qualificados para realização do depoimento especial)	4	2	14	4	12	7
[AU5] Ausência de núcleo especializado e profissionais capacitados no atendimento às vítimas (e testemunhas) de crimes violentos	5	5	9	11	3	10
[AU6] Ausência de fiscalização de pessoas condenadas em cumprimento de pena em meio aberto (regime aberto, liberdade condicional) ou em liberdade provisória.	4	11	1	3	6	18

PONDERAÇÃO							TOTAL
[AU1] Precariedade da investigação policial (ausência de delegacias especializadas, perícias criminais deficientes ou com atraso e outros)	144	30	12	18	8	0	212
[AU3] Ausência ou precariedade de equipamentos de atendimento especializado à mulher (Delegacia de Defesa da Mulher, CRAS, CREAS, CRM, abrigo sigiloso, órgãos de fiscalização do cumprimento de medidas protetivas)	24	80	8	42	10	2	166
[AU5] Ausência de núcleo especializado e profissionais capacitados no atendimento às vítimas (e testemunhas) de crimes violentos	30	25	36	33	6	10	140
[AU4] Ausência ou precariedade no atendimento de crianças e adolescentes vítimas (ou testemunhas) de crimes praticados com violência (ausência de fluxo e protocolos de atendimento integral, falta de capacitação dos atores da rede de atendimento e espaço adequado para escuta protegida, inexistência de espaço adequado e profissionais qualificados para realização do depoimento especial)	24	10	56	12	24	7	133
[AU2] Ausência, precariedade ou falta de interação com as Centrais de Penas e Medidas Alternativas (CPMAs), responsáveis em acompanhar e fiscalizar o cumprimento de penas e medidas alternativas, inclusive as condições impostas no ANPP, bem como pela reintegração social de condenados.	12	15	56	15	26	6	130
[AU6] Ausência de fiscalização de pessoas condenadas em cumprimento de pena em meio aberto (regime aberto, liberdade condicional) ou em liberdade provisória.	24	55	4	9	12	18	122



Nome completo.	Município.	Organização / entidade que representa.	Você participou da escuta social ?	Considerando os objetivos do planejamento estratégico do MPSP para sua região, aponte, objetivamente, quais os principais problemas sociais e/ou falhas nas políticas públicas locais/regionais que, segundo sua perspectiva, deveriam ser considerados prioritários para a atuação das Promotorias de Justiça?
ALCIDES CARVALHO FILHO	BOTUCATU	DRADS BOTUCATU	sim	SAÚDE MENTAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS PÓS PANDEMIA.
ÂNGELO JOSÉ CONSONI	Piracicaba	Gaema PCJ-Piracicaba	sim	Universalização do acesso ao saneamento básico (abastecimento de água, tratamento de esgotos, coleta de resíduos sólidos e drenagem urbana). Combate às drogas. Reinserção profissional de Pessoas Com Deficiências. Combate à violência contra a Mulher. Combate à intolerância religiosa.
BEATRIZ SANTANA CAZZOLA	Rio Claro SP	Estudante - 13 anos	não	Aumento de pessoas em situação de rua, incluindo imigrantes de outros países (Haitianos).
CARLOS RAUL ETULAIN	Limeira	Laboratório de Economia e Gestão (LEG), Faculdade de Ciências Aplicadas, Unicamp	sim	O LEG/FCA/Unicamp oferece suporte de informações e relatórios com base científica que são suporte para a elaboração de diagnósticos e políticas públicas locais e regionais.

Nome completo.	Município.	Organização / entidade que representa.	Você participou da escuta social ?	Considerando os objetivos do planejamento estratégico do MPSP para sua região, aponte, objetivamente, quais os principais problemas sociais e/ou falhas nas políticas públicas locais/regionais que, segundo sua perspectiva, deveriam ser considerados prioritários para a atuação das Promotorias de Justiça?
CLÁUDIA RENATA NOVOLETTE	Piracicaba	Comsea Piracicaba	sim	Cumprimento do orçamento do município para oferta dos serviços básicos que estão precários, como falta de médicos nas UBS; fiscalização no cumprimento de legislação que garantam funcionamento dos Conselhos Municipais e autonomia, visto que sempre há interesse do poder executivo em controle que descaracteriza a função de participação social dos Conselhos; olhar atento e intervenção se possível no processo de renovação dos Conselhos Tutelares, uma vez que na última eleição existiu abuso de poder econômico e igrejas evangélicas disponibilizando até ônibus para o voto de cabresto de seus fiéis. Sobre Soberania e Segurança Alimentar, precisamos de mecanismos que garantam acesso de alimentos saudáveis e em quantidade suficiente para toda população, uma vez que ficamos 6 anos num processo de desmonte de programas e ações de transferência de renda, geração de trabalho e renda, e conseqüentemente aumento da miséria e da fome. Fiscalização do cumprimento da legislação federal para efetivação das políticas públicas estruturantes que obrigam municípios a aderirem ao Sistemas Nacionais de cadastro, estatísticas, e que garantem repasses de recursos para as cidades. Sugestão realizarem essa escuta semestralmente, para avaliarem indicadores de melhoria ou não das demandas apresentadas.
DANIELA APARECIDA LOUREIRO RIBEIRO FERIS	Campinas	DRADS Campinas	sim	vulnerabilidade social e insegurança alimentar
ELISAMA SOBRAL MILLER	Piracicaba	CMDCA Piracicaba e Associação Atlética Educando Pelo	sim	Exploração sexual e abuso sexual Violência mulher familiar Destinação orçamentária para contratação de RH
ELISETE APARECIDA DOS SANTOS	Piracicaba	SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - Conselhos Municipais: COMAD, COMDEF e COMSEA.	sim	Sob minha perspectiva sinto uma deficiência em o estado observar a integralidade da problemática das unidades familiares em vulnerabilidade, visto que uma pessoa com deficiência ou uma pessoa que faça uso abusivo de Álcool e outras Drogas além da pessoa há uma unidade familiar toda adoecida em decorrência do árduo cotidiano em especial as crianças que residem tais unidades que desenvolvem baixa autoestima e dificuldade em absorver o conhecimento oferecido nas escolas assim como desenvolver relações interpessoais saudáveis, acarretando muitas vezes na continuidade no caso das Drogas e Álcool seguindo padrões assistidos pelos mesmos. Pensar a prevenção.

Nome completo.	Município.	Organização / entidade que representa.	Você participou da escuta social ?	Considerando os objetivos do planejamento estratégico do MPSP para sua região, aponte, objetivamente, quais os principais problemas sociais e/ou falhas nas políticas públicas locais/regionais que, segundo sua perspectiva, deveriam ser considerados prioritários para a atuação das Promotorias de Justiça?
EVELIZE ASSUNTA PADOVANI	CAPIVARI	DIRETORIA DE ENSINO CAPIVARI	sim	Baixo efetivo da Segurança Pública voltado para segurança escolar. Estreitamento de laços com os PROJETOS denominados CONVIVA de cada Diretoria de Ensino Formação direcionada às equipes escolares sobre REDE PROTETIVA Cobrança efetiva da família para o cumprimento da frequência escolar Retorno do PROGRAMA ESCOLA DE PAIS, onde pais dos alunos com sanções punitivas possam frequentar escolas com projetos sociais multiprofissionais na escola.
FLÁVIA FERNANDA COSENTINO MODOLO	Piracicaba	Escola Estadual Prof Hélio penteado de Castro	sim	Ações voltadas para: - educação, apoio as escola, fortalecimento da participação das famílias na vida escolar dos estudantes - saúde mental e saúde em geral
GISELE CRISTINA JANUÁRIO SANTOS	ARARAS	CONSELHO MUNICIPAL DE ARARAS	sim	Falta de equipe técnica e capacitação continuada nos serviços da assistência social, educação e principalmente saúde mental. Conselheiros Tutelares sem capacidade técnica para atuação efetiva.
HELIO HINTZE	Piracicaba - Águas de São Pedro	Psicanalista autonomo	sim	Eu gostaria de fazer uma pergunta / possível denúncia, mas não sei se ela dialoga com o momento e o evento. Se ela não dialogar - peço perdão pela confusão e peço que a desconsiderem.  Entre as cidades de Piracicaba e Águas de São Pedro foi instalado um pedágio. Não poderia haver pedágio por conta do tamanho da estrada (25 km ou menos) - mas, aí o nome da estrada foi mudado de Geraldo de Barros para Luis de Queiros (outra rodovia da região) - e com esta mudança o pedágio pode ser instalado... isso é legal? porque agora todos pagamos diariamente 2 pedágios por conta da mudança estratégica do nome da estrada.  repito, se o tema não é propicio, peço que o desconsiderem e me perdoem

Nome completo.	Município.	Organização / entidade que representa.	Você participou da escuta social ?	Considerando os objetivos do planejamento estratégico do MPSP para sua região, aponte, objetivamente, quais os principais problemas sociais e/ou falhas nas políticas públicas locais/regionais que, segundo sua perspectiva, deveriam ser considerados prioritários para a atuação das Promotorias de Justiça?
JOANA TEIXEIRA MACHADO BANOV	piracicaba	Movimento Tô Aqui	sim	<p>Considerando os objetivos do planejamento estratégico do Ministério Público de São Paulo (MPSP) para a região, vimos como prioritária a questão da insegurança alimentar, que engloba a falta de acesso a alimentos saudáveis por grupos populacionais vulneráveis. O trabalho realizado pelo Movimento Tô Aqui contribui para sensibilizar a comunidade em relação a essa problemática, utilizando as cestas verdes como um ponto de partida para discussões sobre soberania alimentar. O Movimento também busca fortalecer as lideranças locais e promover a formação de formadores, visando empoderar as comunidades para a adoção de práticas agroecológicas e sustentáveis. Nesse contexto, um dos objetivos prioritários do Movimento é o projeto piloto de uma horta comunitária em um terreno no bairro Santa Fé, com a possibilidade de produção de alimentos de maneira integrada ao meio ambiente, para promover a segurança alimentar e a educação ambiental.</p> <p>Em nossas rodas de conversa (já foram realizadas 9 rodas desde 2022), falamos sobre políticas públicas, sobre soberania alimentar e nestas conversas desenhamos o projeto piloto da horta comunitária do bairro Santa Fé, e que está neste momento aguardando liberação de cessão de uso pela Prefeitura de Piracicaba. Entendemos que é fundamental que as políticas públicas estimulem a produção agroecológica familiar e urbana, valorizando o conhecimento tradicional e a preservação dos recursos naturais. As cestas verdes do Movimento Tô Aqui funcionam como um instrumento de sensibilização e conscientização, estimulando a comunidade a discutir a importância da soberania alimentar e a participar ativamente na construção de sistemas alimentares mais justos e sustentáveis. Através do empoderamento das lideranças locais e da formação de formadores, é possível criar uma base sólida para a implementação de práticas agrícolas sustentáveis e para a disseminação de conhecimentos sobre a produção de alimentos saudáveis. Assim, as Promotorias de Justiça têm um papel fundamental na articulação e acompanhamento das políticas públicas, bem como na defesa dos direitos e interesses das comunidades envolvidas no Movimento Tô Aqui e na promoção da soberania alimentar.</p>
LETICIA PERES FARIAS FRANÇOSO	Piracicaba	Comdef Piracicaba e CEAPCD SP	não	<p>o convite nos foi enviado um dia antes da reunião no final da tarde. e no dia 19 ja tinha agendado a reunião do Conselho Estadual o que não me permitiu participar. Acredito que os maiores problemas que estamos tendo é na saude quanto ao atendimento a pessoa com deficiência e os equipamentos acessíveis para o atendimento da pessoa com deficiência. O transporte seja ele municipal e intermunicipal que não é acessível. A educação Inclusiva.</p>

Nome completo.	Município.	Organização / entidade que representa.	Você participou da escuta social ?	Considerando os objetivos do planejamento estratégico do MPSP para sua região, aponte, objetivamente, quais os principais problemas sociais e/ou falhas nas políticas públicas locais/regionais que, segundo sua perspectiva, deveriam ser considerados prioritários para a atuação das Promotorias de Justiça?
MARIA CLARA TOMAZELLA	Botucatu	Diretoria de Ensino- Região de Botucatu	sim	A questão da evasão escolar; os estudantes públicos da educação especial precisam ser inseridos na sociedade, temos uma precariedade de educadores nessa área. Há necessidade de formação, orientação específica para o como fazer; apoio das redes protetivas com maior eficiência. Desburocratizar para um acesso mais rápido.
MARILDA APARECIDA SOARES	Piracicaba	Conselho Municipal da Mulher de Piracicaba	sim	Bom dia! Encaminho algumas observações em relação às demandas das mulheres em situação de violência e vulnerabilidade. O Município de Piracicaba necessita de um olhar atento quanto à implantação de Delegacia de Defesa da Mulher, com funcionamento 24 horas e estrutura para acolhimento e atendimento. Os dados de 2022 indicaram a abertura de cerca de 1.100 inquéritos e, somente no primeiro trimestre de 2023, mais de 400 inquéritos por violência doméstica e familiar. Assim, necessitamos de ações da Secretaria de Segurança Pública estadual, bem como do sistema de Justiça, com uma perspectiva intersetorial para atender adequadamente às diversas demandas que envolvem as mulheres e famílias e situação de violação de direitos. O Conselho está articulando a elaboração de uma Plano Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres e necessitará do apoio do Ministério Público no sentido de acompanhar a execução das propostas que corresponderão, a partir da metodologia participativa, às demandas apresentadas pela sociedade civil em relação aos diversos serviços públicos voltados ao atendimento e à proteção às mulheres, bem como as ações de prevenção à violência e outras, de reeducação dos autores de violência. Agradeço pela oportunidade e parabeno o Ministério Público pela iniciativa.
MIGUEL ANGELO RODRIGUES DE JESUS	Capivari	Diretoria de Ensino da Região de Capivari	sim	Efetivação da Segurança Pública nas Escolas Estaduais. Garantia no atendimento adequada a solicitação de vagas para estudantes, no período de seu interesse tendo em vista a não opção pela Escola de Período Integral-PEI. Por se tratar por diversas vezes de alunos arrimo de família. Atendimento efetivo a Saúde Mental dos estudantes e toda comunidade escolar. Escuta Ativa as problemáticas dos estudantes e toda comunidade escolar.

Nome completo.	Município.	Organização / entidade que representa.	Você participou da escuta social ?	Considerando os objetivos do planejamento estratégico do MPSP para sua região, aponte, objetivamente, quais os principais problemas sociais e/ou falhas nas políticas públicas locais/regionais que, segundo sua perspectiva, deveriam ser considerados prioritários para a atuação das Promotorias de Justiça?
PRISCILA FURONI	Campinas	DRADS CAMPINAS	sim	Vulnerabilidade Social e Insegurança Alimentar
SERGIO PAULO MARTINS NASCIMENTO	Piracicaba	APFP - Associação Presbiteriana de Filantropia de Piracicaba	sim	Enfrentamento ao tráfico de drogas ilícitas e o aliciamento de menores. Intensificar o resgate aos valores familiares, para o enfrentamento da evasão escolar e o adoecimento mental das crianças e adolescentes. Intensificar a fiscalização quanto a aplicação das políticas públicas no enfrentamento dos moradores em situação de rua e em vulnerabilidade social.
VANESSA CARNEIRO BONINA LIMA MAGRI	Rio Claro	Secretaria Municipal de Educação e CMDCA	sim	Um sistema de compartilhamento de dados da criança - Saúde, Educação, Desenvolvimento Social, Conselho Tutelar e outros setores e dotação orçamentária para combater de verdade a violência sexual contra crianças e adolescentes para contratação de recursos humanos, busca ativa, escuta Especializada.
VIVIANE ZANCHETTA	Araras-SP	Presidente do CMDCA e do CMI	sim	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de levantamento demográfico, que ocasiona falta de assistência aos munícipes que estão em alta vulnerabilidades, como por exemplo a falta de vagas em Instituições de longa permanência, no qual a demanda é muito maior que a quantidade de vagas oferecidas;</li> <li>- Falta de mais Centros Dia do Idoso, pois estamos com lista de espera e não tem previsão pela prefeitura de aumentar as vagas;</li> <li>- Nesse mesmo sentido, quando se trata do público grau III de funcionalidade a situação fica ainda mais complexa, pois falta leito na região, não só no município;</li> <li>- Falta de capacitação aos conselheiros tutelares e que eles consigam elaborar um relatório, dizendo que em Araras já caberia um segundo conselho tutelar para justificarmos ao Prefeito essa necessidade;</li> <li>- Burocracia exacerbada na Prefeitura para contratação de educação permanente aos técnicos e conselheiros;</li> <li>- Falta de técnicos e equipe nos equipamentos, falta de supervisão aos técnicos;</li> <li>- Recursos escassos repassados as Organizações Sociais, essenciais para os atendimentos assistenciais da população;</li> <li>- Falta de diagnóstico dos públicos alvos, para ter informação exata de onde precisamos investir em políticas públicas;</li> <li>- Falta de técnicos na Vara da Infância, onde as assistentes sociais se aposentaram e não foi repostos;</li> <li>- Falta da Vara da Infância especifica para o Município, onde nosso juiz acumula com a Vara Criminal, ficando com um numero de processos exagerados para trabalhar;</li> </ul>



[sexta-feira 09:39] Carlos Raul Etulain (LEG/FCA/UNICAMP) (Guest)

Atlas RMPiracicaba (Unicamp): <https://www.nepo.unicamp.br/publicacao/atlas-tematico-regiao-metropolitana-de-piracicaba/>

[sexta-feira 09:46] Sílvia (Convidado)

[Combate à fome e à insegurança alimentar - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - CEPEA-Esalq/USP](#) Combate à fome e à insegurança alimentar

Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - CEPEA-Esalq/USP

[sexta-feira 09:54] Ricardo R Rodrigues (Convidado)

<https://comoregularizar.wixsite.com/comoregularizar>

[sexta-feira 10:09] Ernani Pinto

Gostaria de agradecer ao convite, falo como docente do CENA-USP, unidade que faz parte do Campus "Luiz de Queiroz" USP, em Piracicaba-SP. Em nome da Diretoria do CENA-USP, nos colocamos a disposição do MP para parcerias e cooperação e será um prazer estreitar as relações. Já auxiliamos o MP de SP, MPMG e também federal em algumas ações e nos colocamos a disposição. Deixo aqui o contato direto da diretoria [diretoria@cena.usp.br](mailto:diretoria@cena.usp.br)

[sexta-feira 10:13] Maria Clara Tomazella

Gostaria de solicitar um olhar para os estudantes com autismo e deficiências outras, pois a escola precisa muito de profissionais capacitados para o atendimento a esse público. E infelizmente, não estamos conseguindo atingir a todos com propriedade. O fazer e a apropriação de como fazer, necessita de muita aprendizagem e conhecimento ainda.

[sexta-feira 10:14] Carlos Raul Etulain (LEG/FCA/UNICAMP) (Guest)

Rafael: excelente iniciativa. No LEG/FCA/Unicamp pesquisamos Trab.Inf.. Gostaria de manter contato: [etulain@unicamp.br](mailto:etulain@unicamp.br)

[sexta-feira 10:16] Flávia Modolo -EE Hélio Penteado (Convidado)

Agradeço a oportunidade de estar participando desse momento de escuta, sugiro um olhar e auxílio em relação a participação das famílias na vida escolar dos nossos estudantes.

[sexta-feira 10:16] Helio Cesar Hintze

Para quem quiser manter contato - Observatório do machismo (Helio Hintze) - 19-981657572

(Insta @observatoriodomachismo /@heliohintze)

[sexta-feira 10:21] Helio Cesar Hintze

Justamente isso - as ideias naturalizadas de compromissos e posições das 'mulheres' com o cuidado dos filhos por exemplo - é necessário colocar em xeque estes pontos de vista naturalizados e que aprisionam as pessoas - Educação de base para tais reflexões - se faz necessária

[sexta-feira 10:27] Marilda Soares (Convidado)

Infelizmente, estou sem microfone. Assim, peço licença para encaminhar por aqui algumas observações em relação às demandas das mulheres em situação de violência e vulnerabilidade. O Município de Piracicaba necessita de um olhar atento quanto à implantação de Delegacia de Defesa da Mulher, com funcionamento 24 horas e estrutura para acolhimento e atendimento. Os dados de 2022 indicaram a abertura de cerca de 1.100 inquéritos e, somente no primeiro trimestre de 2023, mais de 400 inquéritos por violência doméstica e familiar. Assim, necessitamos de ações da Secretaria de Segurança Pública estadual, bem como do sistema de Justiça, com uma perspectiva intersetorial para atender adequadamente às diversas demandas que envolvem as mulheres e famílias e situação de violação de direitos. Agradeço pela oportunidade e parabeno o MP pela iniciativa.

[sexta-feira 10:57] Alberto Merino (Convidado)

Por favor sua Excelência Procurador Geral de Justiça de São Paulo se puder olhar com carinho para essa problemática de um promotor/promotora de justiça titular na vara da infância e juventude para a comarca de Rio Claro SP.

[sexta-feira 11:07] Kelvin Rios - Leme (Convidado)

Sou conselheiro Tutelar do município de Leme, e gostaria de expor a problemática com relação ao depoimento especial e a escuta especializada. Infelizmente no nosso município encontramos um impasse entre os técnicos de rede de atendimento a crianças e adolescentes na realização desta escuta especializada e do depoimento especial, ao não quererem realizar tal procedimento por considerarem quebra de sigilo profissional. No entanto ao não realizarem as escutas as vítimas passam por 3, 4 órgãos ou mais, e são "revitimizadas" por terem que contar uma e outra vez a violação sofrida.

[sexta-feira 11:11] Angelica - Conselho Tutelar 2 (Convidado)

Bom Dia as DD Promotora e parabéns para essa iniciativa. Como Conselheira tutelar tenho acompanhado varias situações junto ao IML para aos atendimentos as crianças vitimas de estupro de vulnerável as quais não tem prioridades de atendimento, mesmo nós citando os artigos do ECA que dá a prioridade. Queria saber das senhora o que precisa para uma delegacia especializada as crianças e adolescente.

[sexta-feira 11:14] Joana - Movimento Tô Aqui (Convidado)

Gostaria de agradecer o convite, e nome do Movimento To Aqui e Casa do Hip Hop, agradecer a oportunidade de ouvir todas e todos vcs. O movimento To Aqui faz rodas de conversa sobre propostas de politicas publicas de hortas comunitarias urbanas, nossa proxima roda sera dia 03 de junho. Convido vcs a participarem! Estamos pleiteando uma cessão de uso de um terreno publico para a implantação de uma horta como projeto piloto na regio do bairro Novo Horizonte

[sexta-feira 11:17] CRISTIANE FELTRE

O Observatório da RMP está disponível para auxiliar na democratização da informação e no uso da mesma para formulação de políticas públicas! Nossos estudos estão disponíveis em: Redes Sociais - Facebook: Observatório da Região Metropolitana de Piracicaba. Instagram: @oes.rmp E também em nosso site: <https://sites.usp.br/oes-rpm/>  
| Observatório da Região Metropolitana de Piracicaba

[sexta-feira 11:21] Joana - Movimento Tô Aqui (Convidado)

Oi Cristiane, segue meu contato: 98121-8141 / jomachado@yahoo.com ou pelo DM do instagram do nosso movimento!  
Muito obrigada, e me passe seu contato tb pra que eu possa passar o convite da nossa prox roda de conversa

[sexta-feira 11:15] Kelvin Rios - Leme (Convidado)

só queria concluir a fala, em pedir ao ministério público intervenção para cumprir a lei da escuta especializada, uma vez que as vítimas estão sofrendo novas violações por terem seus direitos negados e violados pelos próprios agentes do sistema de garantia de direitos. Uma vez que ficam com o processo e inquérito policial parado por ausência desses procedimentos, sendo expostos novamente aos violadores e a novamente vivenciarem os abusos sofridos por terem que passar por diversos atendimentos com vários profissionais diferentes.

# PGA 2023

PLANO ESTRATÉGICO - MP SOCIAL

**OBRIGADO !  
SECRETARIA ESPECIAL DE  
PROJETOS INSTITUCIONAIS**